PM de São João dos Patos MA
Processo Nº
Fls.
Maria da Guia Gonçalves Lisboa
Matrícula Nº 898

MUNICÍPIO APROVADO
unicef EDIÇÃO 2013-2016

PARECER JURÍDICO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 15900/2020
TOMADA DE PREÇOS Nº 09/2020

Assunto: Exame prévio do edital de licitação e minuta contratual para efeitos de cumprimento do art. 38, parágrafo único da Lei n. 8.666/93, atualizada. Constatação de regularidade. Aprovação.

Para exame e parecer deste Procurador de Assessoramento Jurídico, versando sobre licitação pública na modalidade Tomada de preços, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE SISTEMA SIMPLIFICADO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO POVOADO MACAÚBA em São João dos Patos / MA.

A matéria é trazida à apreciação jurídica para cumprimento do parágrafo único do art. 38, da Lei de Licitações e Contratos Administrativos e do item 3.2.8, do anexo II, da Lei n. 62/2001, com redação dada pela Lei n. 550/2006.

Sinalo que o presente parecer não se restringirá ao exame exclusivo da minuta de edital, mas também dos atos do procedimento licitatório realizados até então. Ocorre que o ato convocatório se caracteriza como uma das peças do processo, com atos anteriores que funcionam como condições necessárias à sua elaboração, sendo infrutífero analisá-lo como se fosse uma peça autônoma, apta a produzir efeitos por si só.

O exame prévio do edital tem índole jurídico-formal e consiste, via de regra, em verificar nos autos, no estado em que se encontra o procedimento licitatório, os seguintes elementos:

a) Autuação, protocolo e numeração;

b) Justificativa da contratação;

c) Especificação do objeto;

d) Autorização da autoridade competente;

e) Indicação do recurso orçamentário para cobrir a despesa;

f) Se a modalidade de licitação adotada é compatível com o valor estimado da contratação;

g) Ato de designação da comissão;

h) Edital numerado em ordem serial anual;

i) se preâmbulo do edital contém o nome da repartição interessada e de seu setor;

j) preâmbulo do edital indicando a modalidade e o tipo da licitação, bem como o regime de execução (p/obras e serviços);

k) preâmbulo do edital mencionando que a licitação será regida pela legislação pertinente;

l) preâmbulo do edital anotando o local, dia e hora para recebimento dos envelopes de documentação e proposta, bem como para o início de abertura dos envelopes;

m) indicação do objeto da licitação, em descrição sucinta e clara;

n) indicação do prazo e as condições para a assinatura do contrato ou retirada dos instrumentos;

o) indicação do prazo para execução do contrato ou entrega do objeto;

p) indicação das sanções para o caso de inadimplemento;

q) indicação do local onde poderá ser examinado e adquirido o projeto básico, e se há projeto executivo disponível na data da publicação do edital e o local onde poderá ser examinado e adquirido (p/obras e serviços);

r) indicação das condições para participação da licitação;

s) indicação da forma de apresentação das propostas;

t) indicação do critério para julgamento, com disposições claras e parâmetros objetivos; indicação dos locais, horários e códigos de acesso para fornecimento de informações sobre a licitação aos interessados;

v) indicação dos critérios de aceitabilidade dos preços unitário e global;

w) indicação das condições de pagamento.

No que respeita à minuta contratual, incumbe ao parecista pesquisar a conformidade dos seguintes itens:

a) condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com os termos da licitação e da proposta a que se vinculam, estabelecidas com clareza e precisão;

b) registro das cláusulas necessárias:

I - o objeto e seus elementos característicos;

II - o regime de execução ou a forma de fornecimento;
III - o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

IV - os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso;

V - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;

PM de São João dos Patos MA
Processo Nº
Fls.
Maria da Guia Gonçalves Lisboa
Matrícula Nº 898

VI - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas;

VII - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas;

VIII - os casos de rescisão;

IX - o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta Lei;

X - as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;

XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;

XII - a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos;

XIII - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

XIV - cláusula que declare competente o foro da sede da Administração para dirimir qualquer questão contratual, salvo o disposto no § 6o do art. 32 da Lei n. 8.666/93;

XV - A duração dos contratos adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, ressalvadas as hipóteses previstas no art. 57 da Lei n. 8.666/93.

Caso não sejam atendidos os requisitos acima mencionados, o processo segue ao Departamento de Licitações para corrigir as não conformidades, retornando ao Jurídico quando as exigências legais forem integralmente cumpridas. Havendo descumprimento de condições de menor relevância, o parecer de aprovação será condicional à correção/preenchimento dos elementos apontados como insuficientes.

Feitas as considerações iniciais, passo ao exame de estilo.

Todavia a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE SISTEMA SIMPLIFICADO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO POVOADO MACAÚBA em São João dos Patos / MA, mediante tomada de preços, desde que seus padrões de desempenho e qualidade possam definidos pelo edital por meio de especificações usuais do mercado.

Como se percebe a leitura do anexo I, do Edital, a Administração, dentro de sua discricionariedade técnica, descreveu com detalhamento a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE SISTEMA SIMPLIFICADO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO POVOADO MACAÚBA em São João dos Patos / MA, que pretende adquirir, presumindo-se que tal descrição seja a usual de mercado, capaz de garantir qualidade.

Feita tal observação e compulsando os autos, verifico a conformidade do procedimento, edital e minuta contratual às normas da Lei n. 8.666/93.

PM de São João dos Patos MA
Processo Nº
Fls
Maria da Guia Gonçalves Lisboa
Matrícula Nº 898

MUNICÍPIO APROVADO
unicef
EDIÇÃO 2013-2016

Analisando-se o Decreto Municipal sob o nº 05, de 23 de março de 2020, que "**dispõe sobre as medidas do Município de São João dos Patos, Estado do Maranhão de enfrentamento e prevenção da transmissão da COVID-19 e dá outras providências**" em seu art. 2º, letra f, que suspende a abertura de todos os certames licitatórios do executivo municipal, até ulterior decisão. Conforme o artigo acima citado, os referidos certames só poderão ser retomados mediante decisão da Autoridade Competente, através de ato específico (Decreto Municipal), devidamente justificado.

Por conseguinte, analisamos o parecer técnico emitido pelo setor de engenharia desta municipalidade, com as devidas justificativas, diretamente relacionados a pavimentação de vias públicas urbanas deste município, onde essa demanda é urgente diante da situação atual.

Por fim, examinamos o Ofício Circular nº 83/2020/MARANHÃO-CGU, de 09, de abril de 2020, emitido pela Superintendente da Controladoria Regional da União no Estado do Maranhão, que trata de recomendações aos Prefeitos Municipais, quanto à realização de Licitações durante a Pandemia da COVID-19, nos quais constam no Edital ora analisado com as seguintes medidas:

MEDIDAS DE PREVENÇÃO AO CORONAVÍRUS (COVID-19): Fica vedada a presença na referida sessão de representantes das empresas e de agentes do executivo municipal pertencentes ao grupo de risco (cardíacos, hipertensos, diabéticos, obesos, idosos a partir de 60 (sessenta) anos, entre outros) e sintomas gripais, bem como será disponibilizado mascaras, luvas e álcool em gel (70° INPM) para todos os presentes, organização do recinto com afastamento mínimo de 2 (dois) metros de distância entre os presentes, será realizada a higienização das áreas de acesso à sala onde a sessão ocorrerá, com especial atenção às superfícies mais tocadas (maçanetas, mesas, cadeiras, corrimões, etc.), dentre outras.

CONCLUSÃO

Pelo fio do exposto e em atendimento ao disposto no art. 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93, sou pela **APROVAÇÃO** da minuta do instrumento convocatório e do contrato, em observância a todos os ditames legais citados neste parecer, bem como o caso de excepcionalidade colocado em virtude da pandemia de COVID-19.

Destacamos que o prosseguimento dos procedimentos licitatórios, ocorra mediante decisão da Autoridade Competente, através de ato específico (Decreto Municipal), devidamente justificado.

Este é parecer, salvo melhor entendimento.

São João dos Patos – MA, 06 de agosto de 2020.

Gullit Vinicius Silva Barros
Assessor Jurídico
OAB-MA nº 14.814